

A Arquitetura Moderna e o Sesquicentenário de Emancipação Política do Paraná: o Tombamento de Marcos de Referência da Arquitetura Moderna Paranaense

Josilena Maria Zanello Gonçalves (josilena@arquit.ufpr.br)

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – UFPR

Resumo

Como marco para as comemorações do Centenário de Emancipação Política do Paraná, em dezembro de 1953, o governo estadual iniciou várias obras na capital, entre as quais podem ser citadas: o Centro Cívico de Curitiba, Teatro Guaíra, Biblioteca Pública, Colégio Tiradentes, avenidas de acesso ao Centro Cívico, e a Praça Dezenove de Dezembro. Passados 50 anos, com a proximidade das comemorações do sesquicentenário de Emancipação Política, estas obras tiveram sua importância histórica e arquitetônica reconhecida, parte delas será objeto de tombamento pelo Patrimônio Histórico Estadual. A discussão de critérios para o tombamento e a continuidade de sua utilização por parte das instituições públicas, bem como sua divulgação e reconhecimento são a garantia de sua conservação futura efetiva.

Palavras-chave: arquitetura moderna, obras públicas, centro cívico, core

Abstract

Fifty years ago, in 1953, for the commemorations of the Centenary of Politics Emancipation of the State of Paraná, the State Government constructed some public buildings in the Capital: the Civic Center, Guaíra Theater, Public Library, Tiradentes Elementary School, avenues of access to the Civic Center, and Nineteen of December Square. Today, with the proximity of the commemorations of the Emancipation, these buildings had their historical and architectural value recognized, and part of them will be object of preservation for the State Government. This recognition will guarantee their effective conservation.

Keywords: modern architecture, public buildings, civic center, core

O presente trabalho é parte de pesquisa (GONÇALVES, 2001) que visa estudar o processo de consolidação da arquitetura moderna no Paraná, e a participação do poder público nesse processo de implantação, reconhecimento e divulgação, e as iniciativas ora em desenvolvimento visando a sua preservação.

O aval oficial para a arquitetura moderna neste Estado se deu a partir de um conjunto de obras realizadas pelo governo estadual em comemoração ao Centenário de Emancipação Política do Paraná, no início da década de 50.

Em outubro de 1950 foi eleito governador do Estado do Paraná o engenheiro e professor universitário Bento Munhoz da Rocha Neto.

“A gestão de Bento é considerada pela maioria dos intelectuais da época como produtora de idéias. Confere ao Paraná sua primeira identidade e insere-o no contexto nacional. Também idealiza uma capital político-administrativa, materializada no Centro Cívico . (...)” (IPARDES, 1989, p.134)

Como marco para as comemorações do Centenário da Emancipação Política do Paraná, festejado em dezembro de 1953, o governo estadual iniciou várias obras na Capital, tais como o Centro Cívico Estadual, Teatro Guaíra, Biblioteca Pública, Colégio Tiradentes, avenida monumental de acesso ao Centro Cívico, Praça do Centenário e Monumento do Centenário, pavilhões da Exposição Internacional do Café e Casa da Criança.

A materialização de Curitiba como capital político-administrativa se fazia necessária devido à importância da economia cafeeira no Norte do Paraná, que assumia na época papel importante na geração de riqueza do Estado. Com a distância e dificuldades de transporte, o centro urbano de referência para a população do Norte do Estado é São Paulo. As obras do Centenário objetivam estabelecer definitivamente Curitiba como centro político e administrativo do Paraná.

Esse conjunto de obras oficiais edificado nesse período tem características semelhantes às de várias obras de interesse relevante no desenvolvimento da arquitetura moderna brasileira. A partir de sua construção e divulgação como parte dos festejos do centenário, a arquitetura moderna se consolida na capital paranaense, como já ocorria no norte do Estado a partir da presença da obra de Vilanova Artigas.

O Centro Cívico de Curitiba

Implantados na área destinada ao centro administrativo pelo Plano de Urbanização de Curitiba, elaborado por equipe coordenada por Alfred Agache, no início dos anos 1940, os edifícios do Centro Cívico, construídos a partir de 1952, consolidam a preocupação em aplicar os pressupostos da arquitetura moderna.

No projeto do Centro Cívico, é clara a aplicação dos conceitos vinculados à idéia de consolidação do “core” da cidade, objeto de discussão recente nos CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna.(ROGERS;SERT;TYRWHITT,1955)

O conceito de “*centro cívico*” chega a arquitetura moderna brasileira através da proposta do escritório americano T.P.A. – Town Planning Associates - dos arquitetos Sert e Wiener -, para a Cidade dos Motores no Rio de Janeiro. Fruto de convênio entre o governo brasileiro e o norte-americano para a construção do conjunto urbano da Fábrica Nacional de Motores, os projetos para a “Cidade dos Motores” serão desenvolvidos a partir de 1942. (GIMENES, 1998, p.20)

No período compreendido entre 1942 e 1947, foram desenvolvidas três propostas de cidade, todas amplamente discutidas com o governo brasileiro, e incorporando os conceitos do urbanismo moderno. É evidente nas propostas a marca de Sert, que materializa na proposição de um centro cívico para a cidade, conforme o apresentado em seu livro “Can our cities survive “. (SERT, 1947)

O Centro Cívico objeto da proposta final do T.P.A. seria composto de um centro comercial – centro de compras, hotel, cinema, restaurantes - , de diversões e administrativo, dispostos em torno de uma praça. (GIMENES, 1998, p.150)

O modelo teórico formulado pelo T.P.A. para a Cidade dos Motores foi utilizado em outros projetos urbanos realizados pelo grupo de arquitetos para a América Latina, tais como Medellín e Tumaco, na Colômbia, e Lima e Chimbote, no Peru, e em todos eles é evidente a preocupação com o Centro Cívico como elemento constitutivo das cidades. (L'Architecture D'Aujourd'hui, 1950-51)

É comum a todas as propostas, o Centro Cívico destinado às atividades culturais, recreativas, administrativas e comerciais, com edificações dispostas em torno de uma praça de uso exclusivo de pedestres, com circulação e estacionamento dos veículos na sua periferia.

Le Corbusier em 1945 também aplicava os princípios semelhantes programáticos na área do Centro Cívico de Saint-Dié, em seu projeto de urbanização para aquela cidade industrial.

O primeiro arquiteto brasileiro a propor um Centro Cívico com esta estrutura foi Affonso Eduardo Reidy, com seu projeto para a área resultante do desmonte do morro Santo Antônio, no Rio de Janeiro em 1948. A inspiração é "corbusieriana", e tem muitas semelhanças com a proposta de Le Corbusier para o Centro Cívico de Saint-Dié, tais como configuração do espaço aberto, eixo central e adoção do projeto de museu de Le Corbusier. (MINDLIN, 1956, p.232-3)

O Centro Cívico de Reidy seria multifuncional, conforme o proposto por Sert, contemplando espaços para a administração municipal, comércio, cultura e educação, e ainda tinha grande preocupação com a preservação e integração do conjunto com o entorno composto por edifícios de importância histórica, tais como o Convento de Santo Antônio, os arcos e Igreja da Lapa e o Convento de Santa Teresa. Seria construído na Avenida Norte – Sul, proposta pela Comissão do Plano do Rio de Janeiro, encarregada de adequar o Plano Agache desenvolvido entre 27 e 30, às novas demandas colocadas pelo crescimento da cidade.

O projeto do Centro Cívico de Curitiba foi desenvolvido em 1951, pela equipe coordenada pelo arquiteto curitibano David Xavier de Azambuja, radicado no Rio, e membro da Comissão do Plano do Rio de Janeiro. O Centro Cívico de Curitiba será o primeiro centro cívico brasileiro projetado em arquitetura moderna a ser construído. As obras têm início em 1952, e seu término estava previsto para dezembro de 1953, data da comemoração do Centenário de Emancipação Política do Paraná.

Como veremos mais adiante, o programa proposto para o Centro Cívico de Curitiba é reduzido ao de um centro administrativo para abrigar o poder público estadual, não tendo portanto o caráter multifuncional das propostas de Le Corbusier, Sert e Reidy.

Apesar da redução do programa funcional, o Centro Cívico de Curitiba apresenta várias características dos Centros Cívicos mencionados anteriormente: os edifícios da administração estadual estão dispostos em torno de uma praça de uso exclusivo de pedestres, a circulação e estacionamento de veículos se dão na periferia, e o gabarito dos edifícios varia desde dois a seis pavimentos, até uma torre de trinta e três pavimentos, e há também a preocupação com a integração com outras formas de manifestação artística.

Como no plano de obras dos festejos do Centenário de Emancipação Política do Paraná constavam outros edifícios de caráter social, cultural e educacional, situados em outros pontos do centro de Curitiba : a Biblioteca Pública, o Teatro Guaíra, o Grupo Escolar Tiradentes, e a Casa da Criança. Pode-se afirmar que este conjunto de obras concretiza a idéia de Sert (1947) de Centro Cívico, fazendo com que a capital do Estado tenha sua dimensão cívica exaltada.

Para projetar o Centro Cívico o governador Bento Munhoz da Rocha Neto convidou o arquiteto curitibano David Xavier de Azambuja, na época professor na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Encarregado de formar a equipe de projeto, Azambuja convida no Rio de Janeiro os arquitetos Olavo Redig de Campos e Flávio Amílcar Régis do Nascimento, e o quintanista de arquitetura Sérgio Rodrigues .

David Xavier de Azambuja nasceu em Curitiba, graduou-se em Arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes em 1931. Submetendo-se a concurso de provas e títulos, foi nomeado professor catedrático da Cadeira de Composição Decorativa da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Entre 1938 e 1948, foi arquiteto da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro, encarregada de fazer a readequação do Plano Agache (1930) às novas demandas da cidade. (RATTON, s/d) Em Curitiba projetou ainda a Faculdade de Educação e Economia da Universidade Federal do Paraná - UFPR (1953) e o Centro de Letras do Paraná (1953), e foi professor de Paisagismo no curso de Agronomia da UFPR. (XAVIER, 1985, P.12)

Olavo Redig de Campos nasceu no Rio de Janeiro, formou-se em arquitetura pela Escola Superior de Arquitetura de Roma em 1931, prestando exames na Politécnica de Milão onde obteve o diploma que o habilitava a exercer a profissão na Itália. Trabalhou durante anos para o Ministério das Relações Exteriores, tendo realizado obra consistente tanto no Brasil como no exterior.(XAVIER; BRITTO; NOBRE, 1991, p.77)

Flávio Amílcar Régis do Nascimento nasceu em Florianópolis, graduou-se em arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes em 1931. (MINDLIN, 1956, p.252) Entre seus projetos destacam-se a Creche Baronesa de Limeira (São Paulo), o Sanatório Manoel Vitorino e a Colônia de Psicopatas de Pedras Pretas (Bahia). Foi um dos cinco arquitetos selecionados pelo Ministério da Aeronáutica para estudarem o Centro Técnico da Aeronáutica (CTA São Paulo). Obteve o segundo prêmio do Salão de Arquitetura da Prefeitura de São Paulo em 1950. (RATTON, s/d)

Sérgio Rodrigues nasceu no Rio de Janeiro, graduou-se em arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes em 1951. Estava no quinto ano do curso de Arquitetura quando passou a fazer parte da equipe, e era monitor de Azambuja junto à disciplina de Composição Decorativa por este ministrada.



Figura 1 - Centro Cívico de Curitiba – fotomontagem com a maquete (A Divulgação, 1953)

O projeto do Centro Cívico nasceu da discussão conjunta do grupo dos arquitetos. Foi proposta uma grande praça cívica, no final da Avenida Cândido de Abreu. Os edifícios estariam dispostos nas laterais da praça, que seria destinada ao uso exclusivo do pedestre, circulação e estacionamento, na periferia da praça.

O conjunto de edifícios foi dividido em quatro partes: Palácio do Governo e residência do governador; Palácio das Secretarias de Estado, Receptor e Pagador; Conjunto do Legislativo, composto pelo edifício das secretarias da Assembléia Legislativa, pelo Plenário da Assembléia e pelo edifício das Comissões especiais; e, Conjunto Judiciário, composto pelo Palácio da Justiça, pelo Tribunal do Júri e pelo Tribunal Eleitoral.

Cada arquiteto desenvolveu o projeto para um destes conjuntos: Azambuja desenvolveu o projeto do Palácio do Governo e residência do governador; Redig desenvolveu o conjunto da Assembléia; Régis o conjunto da Justiça e Rodrigues o Palácio das Secretarias de Estado.

Os projetos foram desenvolvidos ao longo dos anos de 1951 e 1952. No início de 1952 já se tinha o plano geral, o projeto arquitetônico de grande parte dos edifícios, e uma maquete. No decorrer daquele ano foram detalhados os projetos e realizados os projetos complementares.

O Centro Cívico foi concebido como uma grande praça, situada a aproximadamente 1700 metros da Praça Tiradentes, marco zero da cidade de Curitiba, no centro de comércio tradicional da cidade. O seu acesso, partindo-se da Praça Tiradentes, é feito através de avenida monumental com 48 metros de largura. Em torno da área central estariam dispostos os quatro conjuntos de edifícios.

O Palácio do Governo foi concebido como bloco predominantemente horizontal construído sobre uma plataforma, em posição privilegiada em relação à Avenida Cândido de Abreu, é avistado desde longe, sua sacada foi disposta de modo a ficar no eixo da Avenida Cândido de Abreu, dando ênfase a monumentalidade do edifício. No projeto original, a residência do governador situava-se nos fundos do Palácio. Também foi desenvolvido um projeto paisagístico para o recinto murado dos jardins do Palácio. Esse conjunto foi projetado pelo arquiteto David Xavier de Azambuja, e a partir de 1954 o arquiteto decorador Júlio de Almeida Senna acompanhou a construção, sendo o responsável pela decoração de interiores e alterações no projeto.



Figura 2 - Centro Cívico de Curitiba – Palácio do Governo (GONÇALVES, 2001, p.105)

O conjunto da Assembléia Legislativa, projetado por Olavo Redig de Campos, era composto por três edifícios, o das Secretarias da Assembléia, o do Plenário e o de Comissões. Situa-se no lado esquerdo do Palácio do Governo, foi projetado como uma casa aberta - uma grande rampa a partir da praça possibilita a entrada no edifício do Plenário. Os três edifícios propostos estão vinculados através de passarelas envidraçadas construídas sobre pilotis. Situado à esquerda do Plenário, o edifício das Comissões teria apenas um pavimento apoiado sobre pilotis. O edifício das Secretarias da Assembléia situa-se à direita do Plenário, tem a forma de construção laminar, as fachadas orientadas no sentido norte / sul, totalmente envidraçadas, e a fachada norte protegida por brises.

O Conjunto do Judiciário seria composto por três blocos: o Palácio da Justiça, o Tribunal do Júri e o Tribunal Eleitoral, e se situaria à direita do Palácio do Governo. O Palácio da Justiça dominaria o conjunto, com forma laminar - 118,00 metros de comprimento - e oito pavimentos de altura, com pilotis ao nível da praça. O Tribunal do Júri, tem em sua proposição plástica o predomínio da forma do salão de julgamentos. Na sua frente haveria uma praça com monumento à Justiça. O Tribunal Eleitoral abrigaria um grande saguão de apurações com cerca de 900 metros quadrados. O conjunto do judiciário foi projetado pelo arquiteto carioca Flávio Amílcar Regis do Nascimento.

Projetado pelo arquiteto carioca Sérgio Rodrigues, o Palácio das Secretarias foi concebido com 30 pavimentos para abrigar todas as Secretarias de Estado. Na fachada o gabinete de cada um dos secretários de Estado seria legível através de um ressaltado. Este edifício possuiria ainda sala de exposições, restaurante de grandes dimensões, auditório e terraço-jardim na cobertura. É a mais “corbusieriana” das obras do conjunto. Junto ao edifício das Secretarias seria construída uma cúpula com 52 metros de diâmetro para abrigar a Pagadoria e Recebedoria.

Ao final de 1953, na ocasião dos festejos, as obras não estavam concluídas. Dificuldades com o suprimento de materiais de construção tais como cimento e ferro, e ainda a inexistência de mão-de-obra numericamente suficiente para atender à demanda das várias frentes de construção iniciadas, que levou inclusive à contratação de trabalhadores de outros estados, causaram grande atraso no cronograma das obras.

Após os festejos, uma grande geada causou quebra da safra de café, reduzindo a arrecadação do Estado, e fazendo com que o ritmo das obras fosse mais lento. Apenas em 1954 foram inaugurados o Palácio do Governo e o Tribunal do Júri.

Um novo governo eleito em 1955, questiona a motivação de alguns edifícios. A estrutura administrativa do Estado mudou e alguns edifícios do Centro Cívico passaram por alterações, outros jamais foram construídos.

Do Conjunto do Legislativo foram construídos apenas o edifício da secretaria da Assembléia e o Plenário. O Conjunto do Judiciário limitou-se ao Tribunal do Júri, e o Palácio das Secretarias não passou dos 11 pavimentos.

Ao longo dos 30 anos seguintes, ao redor da praça do Centro Cívico, outros edifícios públicos que não os projetados originalmente foram construídos.

O edifício do Tribunal de Contas foi construído em 1967, na área à direita do Palácio Iguazu. Rodeado por um espelho d'água, com sua cobertura de cantos arredondados, que se apóia em placas estruturais com diferentes ângulos de abertura, abriga um espaço de grande flexibilidade, possuindo características espaciais e estruturais que remetem aos edifícios públicos de Brasília. É projeto dos arquitetos Roberto Luiz Gandolfi e José Hermeto Palma Sanchotene.

Os Edifícios das Secretarias foram edificadas em 1977, entre o Palácio Iguazu e o Edifício Castelo Branco, a partir de estudos volumétricos para ocupação da área realizados pelo IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, e com projeto arquitetônico de Luiz Forte Netto, Orlando Busarello e Dilva Slomp Busarello. A proposta contemplava conjunto de cinco edifícios de cinco pavimentos apoiados sobre pilotis, com envolvente em vidro fumê. Em contraste com a neutralidade do tratamento externo do edifício, no espaço interno predomina a arquitetura brutalista. Demonstrem grande afinidade com o discurso da ar-

quitetura moderna brasileira a partir dos anos 1960. Apenas dois dos edifícios do conjunto foram construídos. Entre eles foi implantada parte do projeto paisagístico proposto por Burle Marx para o Centro Cívico em 1979.

Ainda na década de 1960, nos fundos do Palácio do Governo, foi projetado por Oscar Niemeyer um edifício para abrigar o Instituto de Educação do Paraná, foi concluído apenas em 1971 com adaptações para funcionar como sede das Secretarias de Estado. Consiste em um bloco elevado apoiado em 12 pilotis. No piso térreo, elevado em relação ao solo, se dá o acesso ao edifício. Em 2002 o edifício foi adaptado por seu autor para abrigar o Museu Oscar Niemeyer, tendo sido construído um anexo e um grande espelho d'água na sua área frontal.

Contemporânea aos edifícios do conjunto original do Centro Cívico, a Casa da Criança estava situada em frente à Prefeitura Municipal de Curitiba. Projetada pelo engenheiro Edmir D'Ávila, autor entre outros projetos do Jóquei Clube do Paraná, a Casa da Criança fazia parte do Programa de Obras do Centenário de Emancipação Política do Paraná. Seu programa consistia em uma grande centro de puericultura e uma creche para filhos de funcionários públicos, integrando-se perfeitamente com os edifícios propostos para o Centro Cívico.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, projetada do engenheiro Rubens Meister, foi construída na entrada do Centro Cívico nos anos 60. Constituída por três pavilhões de quatro pavimentos – sendo um em subsolo-, unificados pela estrutura e pelo pavimento térreo que faz as vezes de embasamento, contrasta com as obras do Centro Cívico por seu peso.

Apesar de não ter sido concluído em sua totalidade, o Centro Cívico pode ser considerada a obra através da qual o governo estadual deu seu reconhecimento à arquitetura moderna. A ampla divulgação que se deu às obras através da imprensa no período que antecedeu a sua construção e durante a sua realização, onde se ressaltava o seu pioneirismo, modernidade, e onde eram mostrados outros exemplos de arquitetura moderna construídos em território nacional, tais como Pampulha, Ministério da Educação, teve papel educador fundamental para a aceitação definitiva da arquitetura moderna em Curitiba. Atualmente, o conjunto composto pelas obras do projeto original de 1950, e pelos edifícios públicos construídos posteriormente, torna a área uma espécie de museu de rua da arquitetura moderna paranaense.

A Praça 19 de Dezembro foi construída em substituição ao Monumento do Centenário, proposto para a área central do Centro Cívico. No momento da comemoração do Centenário o Centro Cívico não estava concluído, era um grande canteiro de obras, alguma obra deveria ser inaugurada. A Praça 19 de Dezembro situada na avenida monumental de acesso ao Centro Cívico foi o espaço escolhido para a construção do monumento comemorativo. Materializando a síntese das artes no espaço público, foi executado um painel em baixo relevo e azulejos, de autoria de Erbo Stenzel e de Poty Lazarotto respectivamente. O conjunto será complementado por um obelisco e uma escultura representando o "Homem Paranaense", de autoria de Humberto Cozzo. O conjunto foi completado apenas em 1955, despertando grande polêmica pela linguagem contemporânea da escultura de Cozzo, à qual a população paranaense não estava habituada.

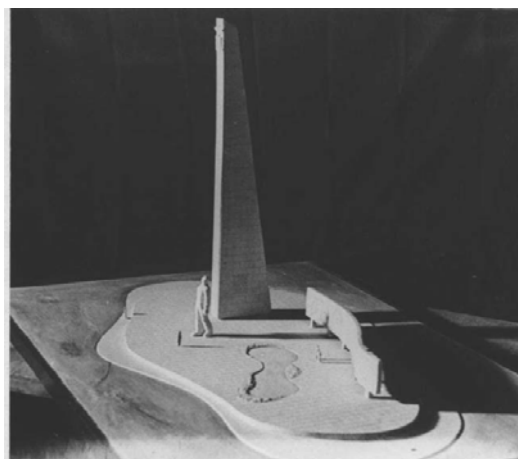


Figura 3 - Maquete da Praça 19 de Dezembro (Acervo MAP)

Em 1972 a praça foi alterada com a introdução de outra escultura, a “Justiça”, também de autoria de Cozzo. Esta escultura foi executada sob encomenda para ser colocada à frente do Tribunal do Júri, no centro Cívico, simbolizando a Justiça. A proposta apresentada de uma “Justiça” despida e sem vendas, não foi aprovada por ser pouco convencional. A “Mulher Nua”, como passou a ser chamada, passou cerca de 20 anos nos depósitos da Prefeitura Municipal de Curitiba, e nos fundos do Palácio Iguaçu, no Centro Cívico, até ser levada para a praça. A introdução desta nova escultura descontextualizou o Monumento do Centenário. As duas esculturas passaram a ser vistas pela população como um casal.

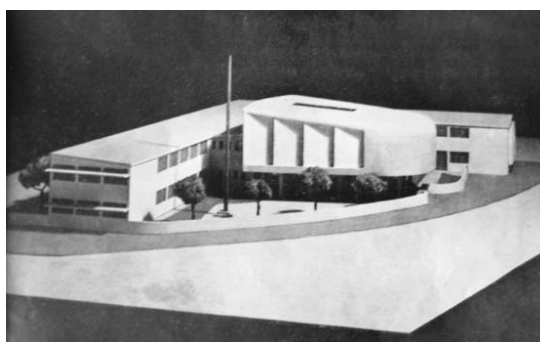


Figura 4 – Maquete do Grupo Escolar Tiradentes (RATTON, s/d)

Ao lado da Praça 19 de Dezembro foi construído o Grupo Escolar Tiradentes, que também fazia parte do programa de obras do Centenário. O autor do projeto foi o engenheiro Rubens Meister, também autor do projeto do Teatro Guaíra. Localizado em um terreno de esquina, consistia em um bloco de grande leveza com dois pavimentos em forma de “L”. O centro dos blocos era ocupado pelo pátio coberto, sobre o qual foi projetado o auditório que era coberto por uma casca de concreto que dominava o conjunto. Ao término das obras, a cobertura do auditório apresentou problemas estruturais e foi demolida, restando apenas os robustos pilares em “V”, sustentando a laje do pátio. Com sua franca adesão aos pressupostos da arquitetura moderna, esta obra foi um marco na arquitetura escolar do Estado, que até então se desenvolvia através da implantação de projeto padrão em arquitetura neocolonial, e em alguns casos em linguagem que se aproximava mais da arquitetura art deco.



Figura 5 - Biblioteca Pública do Paraná – 1954 (Acervo BPP)

O terreno escolhido para a Biblioteca Pública do Paraná situa-se no centro de Curitiba, próximo à Praça Tiradentes. No projeto, de autoria do engenheiro Romeu Paulo da Costa, será considerada a forma do terreno e suas dimensões exíguas. A planta é retangular, e em sua composição predomina a simetria, que é enfatizada pelas rampas de acesso, e pela marquise na entrada principal. Possui um corpo principal com três pavimentos, ao qual se articulam nas duas laterais dois blocos menores. A composição é clássica, sua monumentalidade é enfatizada pela verticalidade marcada de elementos que dividem a fachada, nos quais seriam colocadas brises horizontais. No pavimento térreo o pé-direito de 6,50m, dá a escala monumental ao edifício. Um grande hall central, faz a distribuição para os diversos espaços. A partir deste hall se podem visualizar os espaços periféricos, através da vedação em grandes planos envidraçados. O edifício da Biblioteca Pública foi construído em apenas oito meses, e foi inaugurado em dezembro de 1954, pelo Presidente Café Filho. Na década de 1990, o edifício teve seu espaço interno ampliado com a introdução de mezaninos metálicos nas salas de leitura. A intervenção cuidadosa não descaracterizou o edifício.

Em 1948, no governo de Moysés Lupion, foi organizado um concurso de ante-projetos para o Teatro Oficial do Estado. O vencedor do concurso foi o anteprojeto acadêmico apresentado pela Cia. Construtora Nacional. No entanto, o resultado não foi aceito com tranquilidade, antes da homologação do resultado do concurso, já se arrastava nas páginas dos jornais, uma polêmica muito grande entre os adeptos da arquitetura “historicista” para o novo teatro e aqueles que defendiam a solução em arquitetura moderna, classificada em terceiro lugar, de autoria do engenheiro Rubens Meister.

Em 1951, o governador Bento Munhoz da Rocha Netto abandonou o projeto premiado e, convidou Rubens Meister, para desenvolver o projeto, incluindo-o no Programa de Obras do Centenário.



Figura 6 - Fotomontagem com maquete do Teatro Guaíra (A Divulgação, 1953)

Sua volumetria reflete o espaço interno. O acesso ao grande auditório se dá através de volume independente, vincula-se ao foyer de escala monumental através do qual se alcança o grande auditório. A caixa de palco possui cobertura em forma de arco, dominante na composição, e lembrando tanto pela solução de volumes seqüenciados como pela forma do arco da caixa de palco, o Palácio dos Soviets projetado por Le Corbusier em 1931.

O Teatro Guaíra foi totalmente concluído em 1974, dentre as obras do Centenário, é a única que foi construída sem grandes alterações e com o acompanhamento do autor do projeto.

A comemoração do Sesquicentenário da Emancipação, no final deste ano, fez com que a Curadoria do Patrimônio Histórico do Estado, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura iniciasse estudos visando o tombamento das obras do Centenário.

A trajetória destas obras conforme narrado anteriormente, faz com que apesar da afinidade de linguagem, cada uma tenha características peculiares, gerando uma grande variedade de critérios para sua preservação. Dentre estas obras temos diferentes tipologias, espaços arquitetônicos e espaços urbanos, obras de arte pública. Espaços para os quais a garantia de sua preservação é a continuidade de uso. Uso por um cliente difícil, o Estado, simultaneamente usuário destes espaços e agente fiscalizador.

A plena preservação destes espaços se dará apenas a partir do momento em que se fizer uma ampla discussão entre técnicos e comunidade, onde o saber erudito e o valor afetivo encontrem seu ponto de equilíbrio.

Referências Bibliográficas

GIMENES, Francisco C. A cidade dos motores: três projetos. São Carlos, 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, Josilena M.Z. Arquitetura Moderna no Centenário de Emancipação Política do Paraná: a construção de um marco de referência. São Carlos, 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

IPARDES. O Paraná reinventado: política e governo. Curitiba: IPARDES, 1989

MINDLIN, Henrique E.. L'Architecture Moderne au Brésil. Rio de Janeiro: Colibris Editora, 1956.

RATTON (org.). CC – Revista sobre as obras do Centenário de Emancipação Política do Paraná. Joinville: Imprensa Ipiranga Ltda., s/d.

Revista A Divulgação, Curitiba, Ano VI, dez. 1953.

Revista Ilustração Brasileira. Edição comemorativa do Centenário da Emancipação Política do Paraná. Rio de Janeiro: Gráfica Pimenta de Mello, 1953.

ROGERS, E.; SERT, J.L.; TYRWHITT, J. El corazón de la ciudad: por una vida más humana de la comunidad. Bracelona: Hoepli, 1955.

SERT, José L. Can our cities survive? An ABC of urban problems, their analysis, their solutions. Cambridge: The Harvard University Press, 1947.

Urbanisme en Amérique Latine. L'Architecture D'Aujourd'hui, n.33, dec.1950/jan.1951.

XAVIER, Alberto. Arquitetura moderna em Curitiba. São Paulo: Pini; Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1985.

XAVIER, Alberto; BRITTO, Alfredo; NOBRE, Ana Luiza. Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. São Paulo: Pini/ Fundação Vilanova Artigas; Rio de Janeiro: Rio Arte, 1991.